

UMA CAMPANHA AMERICANA

JOANA REIS

**UMA
CAMPANHA
AMERICANA**

Humberto Delgado
e as presidenciais de 1958

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXIX

À Madalena e ao Vasco.

© 2019, Joana Reis
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Uma Campanha Americana:
Humberto Delgado e as presidenciais de 1958*
Autora: Joana Reis
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)
Fotografia da capa: General Humberto Delgado,
PT-TT-SNI-ARQF-RP-003-28573

1.ª edição: Setembro de 2019

ISBN: 978-989-671-501-4
Depósito Legal n.º 459821/19

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| O CONTEXTO POLÍTICO DO ESTADO NOVO | 11 |
| O simulacro das eleições | 17 |
| A oposição ao Estado Novo até 1958 | 19 |
| Exército e Igreja: os pilares da «arte de saber durar» | 28 |
| OS MEDIA E AS CAMPANHAS ELEITORAIS NO PORTUGAL DO ESTADO NOVO | 33 |
| O salazarismo dos meios de comunicação social | 37 |
| A censura | 40 |
| O PAÍS NAS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES DE 1958 | 43 |
| A impossível unanimidade da oposição | 46 |
| Uma oposição, duas candidaturas | 51 |
| <i>União Nacional: de Craveiro Lopes a Américo Thomaz</i> | 52 |
| Humberto Delgado, «génio da agitação» | 55 |
| A proposta de Humberto Delgado para o país | 63 |
| A CAMPANHA DE HUMBERTO DELGADO: COMO SE ERGUEU E ORGANIZOU PELO PAÍS | 67 |
| Uma candidatura com berço no Porto | 68 |
| <i>Organização da equipa e distribuição de funções</i> | 73 |
| <i>Uma planificação cuidada</i> | 81 |
| <i>Chave d'Ouro: o lançamento da campanha</i> | 84 |
| Coordenação da campanha: cada indivíduo é «uma comissão» | 103 |
| <i>O núcleo central e o dia-a-dia na sede</i> | 105 |
| <i>Campanhas locais: enchente no Porto, vitória em Santarém, o peso da Igreja em Viseu</i> | 109 |

| | |
|--|-----|
| A CAMPANHA DE HUMBERTO DELGADO: | |
| COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA | 177 |
| Voluntários, «amor à camisola, carolice» | 178 |
| Os custos e o financiamento improvisado | 180 |
| <i>Boletins de voto, o grande desafio logístico</i> | 182 |
| Material de propaganda: cartazes, fotografias, alfinetes | 185 |
| <i>Os slogans e as palavras de ordem: «O Medo Acabou»</i> | 188 |
| <i>Sessões de propaganda e merchandising</i> | 189 |
| <i>Segmentação da mensagem: mulheres, juventude, classes profissionais</i> | 199 |
| <i>Interação com o candidato e feedback do eleitorado</i> | 202 |
| <i>O discurso pós-eleitoral na propaganda</i> | 208 |
| A difícil relação com os meios de comunicação: | |
| da «hora da verdade» às estações de comboio | 209 |
| <i>A alternativa da whistle-stop campaign</i> | 214 |
| <i>Contra-informação</i> | 215 |
| | |
| UMA CAMPANHA AMERICANA: O MODELO DE | |
| COMUNICAÇÃO POLÍTICA DE HUMBERTO DELGADO | 219 |
| O herói de guerra, à imagem de Eisenhower | 221 |
| De «Ike» ao «General sem Medo»: <i>slogans do marketing</i> | |
| político moderno | 224 |
| A importância da construção da mensagem | 226 |
| Os objectos que comunicam com o eleitor | 227 |
| Os públicos específicos do <i>unique selling proposition</i> | 229 |
| Uma campanha profissionalizada | 230 |
| | |
| CONCLUSÃO | 241 |
| | |
| LISTA DE SIGLAS | 255 |
| NOTAS | 257 |
| BIBLIOGRAFIA | 303 |

INTRODUÇÃO

Nas largas décadas em que Portugal viveu sob o signo do Estado Novo, entre 1933 e 1974, os actos eleitorais ficaram marcados por fortes contingências em matéria de liberdades e de exercício dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos, a par das múltiplas restrições impostas pela censura aos meios de comunicação social.

Esta realidade ficou especialmente evidenciada na candidatura protagonizada por Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958, que acabou por alcançar honras de fenómeno político e fez tremer o regime, com repercussões que se estenderam por vários anos.

O general foi recebido em euforia em várias regiões do país e tornou-se um símbolo de resistência ao regime, o que lhe valeu o epíteto de «General sem Medo». A expectativa em torno de uma reviravolta no seio do Estado Novo foi muita, alimentada pela esperança de que em Portugal, tal como tinha sucedido fora do país, se desse continuidade à queda dos regimes totalitários e dos ditadores que haviam ensombrado a Europa na primeira metade do século xx.

Américo Thomaz foi declarado vencedor das eleições de 1958, mas Marcello Caetano escreveu anos mais tarde que aquela foi uma vitória com sabor a derrota. E, na primeira oportunidade, Salazar mudou a lei eleitoral para que o presidente da República passasse a ser eleito por um colégio eleitoral, evitando que o regime voltasse a ser surpreendido.

Este livro — que resulta da adaptação da Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação apresentada na Universidade Católica Portuguesa, em Abril de 2018 — centra-se nessa eleição, com enfoque na forma como foi construída a campanha de Humberto Delgado para a Presidência da República. Decorreu há 60 anos e que constituiu a maior ameaça democrática ao Estado Novo nos mais de 40 anos da sua vigência.

Embora exista vasta obra publicada sobre Humberto da Silva Delgado, enquanto personalidade que ousou enfrentar Oliveira Salazar, a literatura sobre as eleições presidenciais de 1958 é diminuta. Há um conhecimento limitado deste tema, na medida em que dele se tem falado apenas de dez em dez anos, quando se assinala a efeméride do aniversário da campanha, recorrendo sempre às mesmas fontes e informações. Isto gera um erro de percepção: como se demonstrará aqui, a campanha eleitoral de Humberto Delgado foi mais sofisticada e profissional do que se poderia supor.

Muito do que se sabe hoje foi divulgado sobretudo por ocasião das comemorações dos 40.º e 50.º aniversários das presidenciais de 1958 e, também, durante o périplo que o neto e biógrafo de Delgado, Frederico Delgado Rosa, realizou pelo país, em 2008, para divulgar a investigação que fez sobre o avô e que deu origem a uma biografia exaustiva, *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*. Nessa altura, vieram a público histórias e pormenores até então ignorados, reviveram-se memórias e divulgaram-se fotografias inéditas da campanha. Mas os dados não foram compilados, os documentos permaneceram dispersos ou mesmo inacessíveis e a informação ficou, em suma, perdida.

A investigação que deu origem a este livro regressa às fontes primárias, analisa largas centenas de documentos e beneficia do acesso a materiais inéditos, que integram o espólio de Álvaro Monteiro, destacado republicano e responsável pela campanha presidencial de Humberto Delgado no distrito de Viseu. Este

estudo permitiu recolher e coligir um conjunto vasto de dados dispersos, desconhecidos e esquecidos, ao mesmo tempo que beneficiou do testemunho de fontes vivas.

Sobre a campanha de 1958, os suportes técnicos, como sejam a gravação de som ou imagem, são quase inexistentes. Os arquivos da rádio e da única estação de televisão existente no país naquele tempo, a RTP, apenas registam imagens do dia das eleições, mostrando os candidatos a votar. Existe um único registo sonoro de um comício de Humberto Delgado, em Chaves¹, e é possível que se tenha perdido uma gravação do discurso que Humberto Delgado fez no Hotel Lisbonense, durante a sua deslocação às Caldas da Rainha. Sabe-se que foi gravado, e que ficou guardado durante décadas ao cuidado da família Maldonado Freitas, mas está hoje em parte incerta, podendo mesmo já ter sido destruído².

Estes são apenas alguns dos elementos que ajudam a perceber como determinados aspectos das eleições de 1958 se perderam para sempre, ou, em alguns casos, subsistiram e emergem algo deturpados por lacunas, imprecisões, desconhecimento total ou parcial dos acontecimentos.

Noutros casos, os documentos sobre a campanha que poderiam revelar alguns momentos da sua organização sofreram um «oportuno apagão» às mãos da censura, acabaram desviados pelas mãos da polícia política ou foram destruídos por apoiantes e participantes activos (ou pelos familiares destes) para evitar problemas com a PIDE.

Com o general a tornar-se o já referido símbolo de resistência ao regime³, a resposta não se fez esperar. Além do controlo e manipulação dos cadernos eleitorais por parte das autoridades, a oposição foi proibida de fiscalizar o acto eleitoral e fez-se sentir a acção severa da censura e das forças repressivas através da intimidação, e até mesmo da detenção, dos seguidores de Humberto Delgado.

A poucos dias do acto eleitoral, muitos apoiantes da candidatura foram presos pela PIDE, incluindo alguns dos seus mais destacados elementos, entre eles Francisco Vieira de Almeida, o arquitecto Cassiano Branco⁴, Armando Adão e Silva⁵ ou Vasco da Gama Fernandes⁶. O advogado de Vila Nova de Famalicão, Armando Bacelar, testemunha que, no dia em que foi detido, percebeu como a masmorra ia ficando densamente povoada:

A tal ponto que o espaço era pouco. E, ao longo da noite, os presos continuavam a entrar [...] Arranjámo-nos como pudemos, enquanto fomos travando conhecimento e me dei conta da vaga de prisões que estava a alastrar por todo o território.⁷

Mas nem mesmo esta repressão apagou o efeito agitador que a campanha de Humberto Delgado proporcionou. O general recorreu a formas de contacto com as populações pouco usadas em Portugal, aproximando-se delas como nunca antes se tinha visto no país. Uma opção a que provavelmente não terá sido alheia a estada de Delgado durante vários anos em Washington, onde pôde observar de perto os efeitos do *marketing* político e as campanhas de Adlai Stevenson e Dwight Eisenhower, em 1952 e 1956, respectivamente.

Quem participou? Como surgiu a ideia? Com que recursos se realizou a campanha? Que meios foram utilizados? O que se comunicava? Como se comunicava? Quais os suportes usados e em que tipo de estratégias comunicacionais se baseou a campanha eleitoral de Humberto Delgado? Estas são algumas das questões a que este livro procura dar resposta.

O CONTEXTO POLÍTICO DO ESTADO NOVO

As convulsões das primeiras décadas do século xx no continente europeu — saído de uma guerra que gerou muitas dificuldades económicas e forte instabilidade político-social —, aliadas aos sentimentos de frustração ou orgulho ferido de alguns países, criaram o ambiente propício para a emergência de soluções totalitárias na Europa. Por um lado, pretendiam pôr termo à sucessão de crises governativas, por outro, cumpriam o objectivo de contenção da chamada ameaça comunista. Portugal não fugiu à regra.

A campanha de Humberto Delgado nas eleições de 1958 está inserida no contexto muito específico do Estado Novo.

Em Portugal, a enorme instabilidade política e social durante o período da República, com constantes pronunciamentos militares, caciquismo e corrupção, fez passar a imagem de total desordem no país. Entre 1910 e 1926, sucederam-se 45 governos e 29 golpes de Estado.

O golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, que se iniciou em Braga e depois se espalhou por todo o país sem resistência, foi conduzido pelo Exército¹ — numa frente única contra a governação do Partido Republicano Português (PRP), que juntou nas mesmas fileiras forças rivais e até inimigas, como republicanos e monárquicos, com preponderância para o Integralismo Lusitano². Mas só mais tarde, a entrar na década de 1930, ficou definido com mais clareza o rumo do movimento militar que

ocorreu nesse ano, como «regime de ruptura com a República democrática, antiparlamentar, antidemocrático e anti-socialista» (Oliveira, 1991: 53). Como sintetiza Manuel Braga da Cruz, «começou por ser um levantamento militar, depressa se tornou revolução, dando origem a uma ditadura militar, e redundando anos mais tarde em novo regime político» (Cruz, 1986: 75).

É também nos anos 30 do século xx que o nome de António de Oliveira Salazar passa a ser indissociável do caminho político que Portugal viria a seguir, até porque «a Ditadura Militar só ganhou sentido e relevância política com a direcção que lhe imprimiu Salazar» (Cruz, 1988: 11). O percurso de vida do ditador cruza-se com o do país.

Salazar tornou-se ministro das Finanças em Abril de 1928, mas só em Julho de 1932 assumiu a chefia do Governo, e foi com ele que o Estado Novo, institucionalizado por via da Constituição aprovada em 11 de Abril de 1933, se consolidou³.

Tendo por base uma autoridade exercida por uma presença forte do Estado, que definiu e limitou as liberdades individuais e os direitos dos cidadãos, o Estado Novo restringia o pilar fundamental do sistema parlamentar e democrático, isto é, a liberdade de pensamento e de expressão. Salazar acreditava que a democracia parlamentar levava à instabilidade e à desordem e que se tinha transformado numa «espécie de dominação absoluta dos partidos sobre a verdadeira Nação» (Oliveira, 1991: 77). O Estado exercia repressão sobre todos aqueles que discordassem do regime ou o afrontassem.

A Constituição de 1933 — de espírito antiliberal, antiparlamentar e antidemocrático — previa um esvaziamento de poderes e competências da Assembleia Nacional em favor do Governo e uma subalternização do chefe de Estado ao chefe do Governo. O presidente da República era eleito a cada sete anos, mas quem detinha o poder efectivo era o presidente do Conselho de Ministros.

A acção do Executivo dependia da pessoa de Salazar, que escolhia criteriosamente ministros que não lhe levantassem problemas — cada ministro reunia em privado com Salazar e dependia directamente do presidente do Conselho, havendo uma unidade pessoal de comando. Havia um poder pessoalizado, «que se inscrevia numa resposta corporativa, nacionalista, antiparlamentar à crise do liberalismo e da democracia parlamentar e, ao mesmo tempo, das ameaças à revolução socialista» (Oliveira, 1991: 53). O Estado Novo era, pois, um regime de cariz nacionalista, com um dirigismo estatal da economia e profundamente marcado pelo carisma pessoal de Salazar.

Para garantir que a vida do país decorria sem sobressaltos, foi criada em 1933 a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) sob controlo directo da Presidência do Conselho de Ministros. Em 1945, a PVDE deu lugar à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), considerada por alguns como um Estado dentro do Estado (Vieira, 1998: 33), tal foi o poder por ela alcançado com o passar dos anos.

A PIDE vigiava os cidadãos e os seus comportamentos, aliçada numa repressão física e psicológica, e julgava e condenava cidadãos sem verificar factos ou respeitar regras (Pimentel, 2007). A polícia política do regime tinha agentes informadores nos cafés, nos empregos e nas universidades, que reportavam qualquer movimentação anti-regime, instituindo, assim, um clima de medo no país — uma questão que Humberto Delgado enquanto candidato à Presidência da República irá explorar.

Ao aparelho repressivo juntavam-se a Guarda Nacional Republicana (GNR) — que controlava sobretudo as zonas rurais —, a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Fiscal e a Legião Portuguesa. Esta articulação e parcial militarização das forças de segurança, que decorria sob o comando do ministro da Defesa, Santos Costa, era uma característica própria não só do Estado Novo, mas também de vários regimes de países latino-americanos.

Além disso, vigorava a tempo inteiro a censura prévia à imprensa, às actividades culturais em geral e a todo o tipo de espectáculos.

O carácter repressivo do regime podia ser intensificado consoante a conjuntura e as necessidades do momento. Daí decorre que tenha sido mais acentuado no período da campanha de Humberto Delgado em 1958, com várias detenções de apoiantes do general, tendo sido utilizados «todos os meios de força para impedir que a eleição extravasasse, quer no domínio das massas na rua, quer por meio de um golpe militar» (Delgado, 1998: 13).

Uma das principais características do regime era funcionar com um partido único, a União Nacional, entendida como uma organização política de carácter cívico, a que podiam juntar-se os portugueses de «boa vontade» que quisessem unir esforços para o engrandecimento da nação. Jaime Nogueira Pinto define a União Nacional como uma «agremiação política que ia buscar os notáveis da terra, sem grande quadro ideológico e que estava completamente controlada»⁴.

A União Nacional mobilizava o consenso eleitoral em torno do regime e do Governo (Cruz, 1998) e funcionava igualmente como uma espécie de agência de emprego, na medida em que serviu o propósito de enquadramento político-ideológico do funcionalismo público. Aliás, qualquer suspeita de oposição ao regime era motivo suficiente para ordenar a demissão ou a aposentação compulsiva de um funcionário do Estado (Rebelo, 1998). Chegava a ser exigido juramento de fidelidade política a todos os funcionários públicos (Martins, 2006: 43).

Na verdade, a progressão em qualquer carreira profissional, mesmo fora do serviço público, dependia de a pessoa se coibir de manifestar desacordo ou crítica ao Governo (Santos, 2013: 124)⁵. A pressão sobre empresas e particulares para que despedissem funcionários politicamente suspeitos era efectiva. Durante o período de vigência do Estado Novo, milhares de pessoas foram

deportadas para as ilhas e para as colónias, sendo sujeitas a prisão efectiva ou, em alguns casos, maus tratos.

A repressão aos opositores, em especial às organizações de trabalhadores, traduziu-se também na expurgação dos elementos republicanos e democráticos da Administração Pública e do Exército. E havia tribunais plenários criados para julgar aqueles que eram dissidentes ou meros discordantes do regime.

O regime consolidou-se não só à custa da repressão e vigilância que exercia, mas igualmente graças a aspectos que impressionavam a população, como um amplo programa de obras públicas, construção de barragens, restauro de monumentos, a aposta no desporto e, sobretudo, por ter conseguido pôr em ordem as finanças do país. Como refere Jaime Nogueira Pinto, «o controlo severo das finanças públicas vai dar-lhe, indirectamente, o controlo progressivo da vida política, granjear-lhe, pela eficácia das medidas, o respeito do Exército e do público» (Pinto, 1999: 74).

Em termos económicos, Salazar surge aos olhos dos portugueses como o técnico de finanças que consegue manter as contas equilibradas desde 1928. Durante os anos da guerra, o afluxo a Portugal de divisas e metais preciosos foi constante, as reservas de ouro dispararam, a balança comercial apresentou saldos favoráveis muito significativos devido à exportação de volfrâmio e o escudo tornou-se uma moeda forte.

Quase todos os bancos portugueses duplicaram e até triplicaram os seus lucros entre 1939 e 1945. Em apenas três anos, de 1942 para 1945, o valor total de divisas estrangeiras acumuladas no Banco de Portugal passou de cerca de quatro milhões de contos para perto de sete milhões e meio; além do mais, Portugal tinha, nos anos imediatamente a seguir à guerra, um largo crédito junto da Inglaterra de muitos milhões de libras. (Oliveira, 1991: 60-61)

Portugal saiu do período da Segunda Guerra Mundial em condições financeiras muito positivas e o equilíbrio orçamental tornou-se um trunfo a favor de Salazar.

Socialmente conservador, economicamente o Estado Novo apontava para uma linha mais modernizadora. Os efeitos do I Plano de Fomento fizeram-se sentir a partir de meados dos anos 50, com o país em franca transformação graças ao crescimento das indústrias transformadoras, das obras públicas e dos serviços. O afluxo do turismo aumenta exponencialmente ao longo dessa década e, com ele, desenvolve-se a construção civil e o sistema rodoviário. «Portugal, ao findar da década, começava a sair do imobilismo» (Oliveira, 1991: 61) e assiste a um «rápido processo de industrialização-urbanização-terciarização» (Rosas e Brito, 1996: 318).

O historiador Fernando Rosas considera que estas são as mudanças invisíveis do Portugal dos anos 50 e chama a atenção para as indústrias de base que se estabeleceram na época, como as celulosas, a metalomecânica pesada ou a siderurgia, que criaram um novo proletariado industrial em crescimento à volta das grandes cidades, com novos sectores de serviços⁶. Era, enfim, uma nova classe média, um novo operariado e uma sociedade em processo estrutural de mudança que a política não acompanhava. Tudo isto «em contraste com a rigidez do sistema político que se mantinha inalterado»⁷.

Este retrato do país será também espelhado por uma frase popular durante a campanha presidencial de 1958: «Queres ficar como estás? Vota no Thomaz; Queres um Portugal diferente? Vota no Vicente; Queres aumentar de ordenado? Vota no Delgado.»⁸

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1945, acabou por dar também a Salazar alguns anos de trégua, ao mesmo tempo que lhe rendeu simpatias pela manutenção da neutralidade de Portugal no conflito, graças a um hábil jogo diplomático.

O SIMULACRO DAS ELEIÇÕES

Em Portugal, a partir de 1945, com a vitória das democracias na Europa, o Estado Novo vê-se na necessidade de tolerar um «simulacro de eleições para a Assembleia Nacional», como lhe chama Fernando Rosas. A oposição ao regime aparecia de quatro em quatro anos, quando havia eleições e o Estado Novo permitia que esta viesse a público, aliviando um pouco a censura. Hermínio Martins caracteriza de forma crua estes momentos, definindo as eleições como meros «episódios de comunicação política».

Manuel Braga da Cruz fala do «carácter simulado de competição» que se procurava dar ao sistema eleitoral. Tratando-se de um regime não-democrático, e sabendo-se à partida quem ia ganhar, a realização de eleições constituía um mero acto simbólico, mas importante, de legitimação do regime. A própria legislação permitia ao Governo controlar todo o processo eleitoral, como sustenta o mesmo sociólogo.

Em suma, o acto eleitoral constituía, a nível interno, uma forma de legitimar o poder e, a nível externo, oferecia uma falsa aparência de liberdade, dando a ilusão de que os cidadãos podiam escolher livremente. Salazar fez por manter a aparência de legalidade, procurando «mover-se dentro dos quadros impostos pelas leis em vigor» (Oliveira, 1991: 75), não obstante o facto de ter governado fora de um quadro democrático e de as principais leis passarem todas pelo crivo do presidente do Conselho, obedecendo no essencial à sua vontade política.

Os relatórios oficiais através dos quais se percebe como é que o regime via as eleições de 1958 mostram que os próprios funcionários do Ministério do Interior, dos governos civis e da PIDE expressam o seu alarme e denunciam que sem fraude não seria possível ganhar⁹. Luís Reis Torgal aponta ainda uma outra função para as eleições: «Verificar até que ponto o povo aceitaria ou não o regime, apalpar terreno.»¹⁰

Durante este simulacro de eleições, havia então um período de tempo durante o qual a oposição tinha oportunidade para se mostrar, mas dentro de um quadro muitíssimo restrito e repleto de dificuldades. «Tais consultas eram exercícios sem escolha ou, na melhor das hipóteses, de escolha muito limitada e com consequências mínimas no funcionamento do sistema político.» (Freire, 2011: 27) Os actos eleitorais eram assentes numa espécie de dicotomia em que a chamada «situação» surgia aos olhos dos cidadãos como garante da paz social e da ordem pública, enquanto a oposição era apresentada como desorganizada e impotente, fonte eventual de caos social e de promessas vagas (Schmitter, 1999).

Tal como sucedia nos restantes regimes não-democráticos, no contexto político português as condições de elegibilidade eram muito apertadas (Loff, 2008). Os candidatos tinham não só de passar pelo crivo dos governadores civis ou do presidente do Supremo Tribunal Administrativo, como eram obrigados, a título individual ou em conjunto, a uma declaração pública de aceitação dos «princípios fundamentais da ordem social estabelecida» (Freire, 2009: 196).

Por outro lado, o direito de voto era bastante restrito. Embora este direito tenha sofrido alterações ao longo dos anos em que o Estado Novo vigorou, no essencial, apenas os homens chefes de família, com mais de 21 anos, desde que não fossem analfabetos¹¹, podiam votar. Só mais tarde, no pós-guerra, em 1946, o sufrágio foi alargado aos homens que soubessem ler e escrever e às mulheres casadas ou chefes de família, embora o direito de voto feminino, na sua plenitude, só tenha sido consagrado já no período em que Marcello Caetano ascendeu ao cargo de presidente do Conselho (Lemos, 2012)¹².

O eleitorado era ainda mais reduzido se se tiver em conta a vasta lista de impedimentos legais para que um cidadão pudesse votar, que atingia dementes, indigentes, asilados, cidadãos de na-

cionalidade portuguesa há menos de cinco anos, privados de direitos civis e políticos, interditos por sentença com trânsito em julgado ou pronunciados definitivamente, falidos ou insolventes, que «professem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social» e todos aqueles que «notoriamente careçam de idoneidade moral» (Cruz, 1988; 198-199).

Na prática, estas cláusulas permitiam às autoridades responsáveis eliminar dos cadernos eleitorais todos os cidadãos identificados como desafectos ao regime. Assim, no que diz respeito ao impacto destas eleições não concorrenciais e não livres no regime autoritário português, o período oficial de campanha servia igualmente um outro propósito: identificar novos membros da oposição e, no fundo, actualizar a informação sobre a forma como a oposição se organizava, os apoios de que dispunha e a forma como estes se concretizavam (Schmitter, 1999).

O regime não permitia a existência de partidos políticos, pelo que estes funcionaram apenas na clandestinidade, dentro de estruturas não legalizadas. Assim se justifica também a falta de capacidade da oposição para se fazer ouvir. Não só por ter pouca visibilidade — e ainda assim correndo elevados riscos, como ameaças, interrogatórios, tortura ou mesmo detenções —, mas sobretudo por estar muito pouco organizada. Era uma oposição falando a várias vozes, o que ao longo dos anos facilitou a sua exposição ao descrédito pelo regime.

A OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO ATÉ 1958

As campanhas eleitorais eram então os únicos períodos em que a oposição tinha voz, ainda que com restrições várias. Mas apesar de a censura ser aliviada nestes períodos de apenas 30 dias, depressa a oposição percebeu que não poderia ir muito além de algumas breves declarações na imprensa, e verificou

também que precisaria de muito mais tempo para se organizar (Lemos, 2012).

Além de todos os que discordavam liminarmente do regime e que a ele se opunham, muitos dos apoiantes do 28 de Maio e dos primeiros tempos do Estado Novo foram sentindo que o espírito da revolução de 1926 vinha sendo traído e passaram também a fazer oposição — este é, aliás, um dos argumentos que Humberto Delgado irá invocar, em 1958, durante a sua campanha.

No início de 1930, surgiu a Aliança Republicana e Socialista, numa primeira tentativa de unir os partidos e os políticos que se opunham à Ditadura Militar e de criar condições para disputar legalmente as eleições que se aproximavam. E desde finais da década de 1930, o Partido Comunista Português (PCP) foi intensificando o seu combate contra o Estado Novo.

Na década de 1940, o PCP dirige a sua actividade dando prioridade à classe operária. Os sindicatos nacionais que, ao abrigo da lei, eram organismos corporativos aos quais a maioria da população era obrigada a pertencer¹³, foram aproveitados como base para a ligação do partido aos trabalhadores, além das células de empresa e da organização nos locais de trabalho.

Em 1943, na clandestinidade, nasceu o primeiro Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), cujo objectivo era a instauração de um Governo em que estivessem representadas todas as correntes da oposição e que desse ao povo português «a possibilidade de escolher, em eleições verdadeiramente livres, os seus governantes»¹⁴. Foi o primeiro grande movimento unitário oposicionista, no qual estiveram representados o PRP, o extinto Partido Socialista Português/Secção Portuguesa da Internacional Operária, a recém-criada União Socialista Popular, o PCP, alguns anarco-sindicalistas, católicos, monárquicos, e onde também entrou a Maçonaria¹⁵. «Uma coisa do tipo discreta, dirigida por Norton de Matos [...] não era propriamente um movimento revolucionário; era um movimento de ideias, de

princípios, embora ilegal», como recorda Fernando Valle na sua biografia.

Este movimento conseguiu unir à sua volta os vários sectores da oposição, sendo que muitos dos seus membros representavam apenas partidos praticamente inexistentes, enquanto outros representavam correntes políticas com influência considerável. Quando a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim, o MUNAF lançou um dinâmico movimento de massas que, ao longo dos anos seguintes, conseguiu promover uma intensa actuação política.

Em 1945, a Assembleia Nacional foi dissolvida e o Governo anunciou eleições livres, nas quais podiam concorrer outras forças políticas. Numa espécie de frente unida contra o Estado Novo, constituiu-se o Movimento de Unidade Democrática (MUD), «um movimento cívico unitário de expressão apartidária, representativo de toda a oposição» (Soares, 1974: 127-128), e extinguiu-se o MUNAF.

Este movimento político improvisado no curto espaço de um mês, no ardor da campanha eleitoral, com uma sede provisória onde não havia quase nada (Soares, 1974: 123), contou com o entusiasmo de milhares de pessoas crentes «em eleições tão livres como na livre Inglaterra» (Carvalho, 2002). Depois, «passadas as eleições de Novembro de 1945, os oposicionistas decidiram que o MUD deveria permanecer activo e dentro da legalidade, enquanto organismo congregador de correntes democráticas e elemento crítico ao regime salazarista» (Santos, 2014: 182).

Na verdade, com o fim da guerra e a vitória das democracias, os opositores ao regime alimentaram a esperança de que as nações vencedoras pressionassem Salazar, endurecendo a sua posição, o que não veio a suceder. Ao invés, Portugal conseguiu ser incluído no grupo dos membros fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e nem o facto de os principais países europeus caminharem para a concessão da independência aos seus territórios coloniais impediu a comunidade

UMA CAMPANHA AMERICANA

Humberto Delgado
e as presidenciais de 1958

foi composto em caracteres Hoefler Text
e Neutra, e impresso na Rainho & Neves,
sobre papel Coral Book de 90 g/m²,
no mês de Agosto de 2019.